



NOTAS SOBRE A OFERTA DE INSTRUÇÃO PARA OS ESCRAVIZADOS E SEUS DESCENDENTES EM UMA FOLHA DE MACEIÓ, O ORBE 1888

Fábio Francisco de Almeida Castilho¹

RESUMO

Esse artigo problematiza alguns editoriais do periódico O Orbe, folha que circulou em Maceió, Alagoas, entre 1879 e 1900. Em especial, destacamos os editoriais que discutiam a oferta de algum tipo de instrução educacional para os recém-libertos e os seus descendentes após a Lei Áurea. Nosso objetivo é compreender como a elite proprietária de Maceió se posicionou diante a questão. Nossa metodologia consistiu na pesquisa, leitura e análise das edições desse periódico em acordo com o método qualitativo exploratório. Nos resultados, refletimos como as questões relacionadas à educação atravessavam os temas da transição da mão de obra e as transformações no mundo do trabalho na passagem do regime escravista para o livre e os desdobramentos dessa relação para o quadro atual da educação.

Palavras-chave: Educação, pós-abolição, Alagoas, periódicos

INTRODUÇÃO

No presente artigo problematizamos as impressões de José Leocádio Ferreira Soares; editor de O Orbe, umas das principais folhas em circulação em Alagoas na segunda metade do XIX; sobre a instrução ofertada em Maceió no pós-abolição. O editor destaca e confronta o funcionamento de duas instituições de ensino da capital alagoana, o Lyceu de Belas Artes e a Escola Central.

Nosso objetivo é assinalar as características e diferenças dessas duas instituições a partir da descrição do editor, compreendendo as dificuldades enfrentadas no período. Metodologicamente, nos preocupamos em pesquisar as edições de O Orbe ((disponível em: <http://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital/>) em busca de notícias e editorias sobre a educação em Alagoas, os principais documentos encontrados são analisados nesse texto seguindo os preceitos de um procedimento exploratório qualitativo (OLIVEIRA, 2008).

O aporte teórico empregado preocupa-se com a utilização dos periódicos, uma peça discursiva, como fonte histórica. Nossa preocupação foi a de problematizar as impressões de

¹ Doutor em História Unesp/Franca. Professor EBTT Ifal campus Marechal Deodoro. Professor e Pesquisador do Mestrado Profissional em Educação Profissional (PROFEPT) - Pólo Maceió. fabio.castilho@ifal.edu.br



um editor, membro das elites políticas de Alagoas, enquanto documento adequado na tentativa de desvelar aspectos de uma micro-história do social (HEINZ, 2006).

Nos resultados, encontramos informações sobre a fundação e funcionamento das duas escolas. Em especial a Escola Central de Alagoas, instituição criada pela comissão dos abolicionistas locais para ofertar ensino e instrução para os recém-libertos e seus descendentes. A partir das descrições analisadas consideramos como a fundação dessas duas escolas voltadas para públicos distintos em Maceió na década de 1880 reflete a histórica desigualdade educacional presente no país desde sua origem, pois percebemos que a criação e funcionamento dessas escolas obedeceu uma lógica excludente, uma vez que a escola em melhores condições atendia apenas aos filhos das elites provinciais e a escola em piores condições ofertava um ensino “remendado” para os mais pobres.

METODOLOGIA

Os periódicos são fontes ideais para empreender diferentes propostas de pesquisa, pois eles apresentam os fatos e notícias do cotidiano trazendo em seu corpo documental as “imperfeições” do dia a dia e sem a censura ou frieza dos documentos oficiais, como bem salientou Pierre Nora (1995). Com efeito, as impressões do editor aqui estudado são mostradas de forma crua e seu relato na condição de espectador da fundação e funcionamento das instituições de ensino de Maceió nos possibilita refletir o contexto, dificuldades e características dessas escolas a partir das impressões do jornalista.

De acordo com Antônio Nóvoa (1997), é difícil encontrar qualquer outro corpus documental que traduza com tanta riqueza os debates, os anseios, as decepções e as utopias de qualquer período em enfoque. De acordo com o mesmo autor, as páginas dos periódicos revelam as questões essenciais que atravessam o objeto em estudo porque a escrita jornalística, na maioria das vezes, ainda não foi depurada e permite, por esse motivo, leituras que outras fontes não autorizam.

Por fim, trata-se de uma opção metodológica de voltar-se primordialmente para as fontes primárias dando voz aos protagonistas dos acontecimentos históricos analisados. Nossa intenção é perceber e entender as implicações da oferta de instrução para um público específico em meio às transformações do mundo do trabalho em fins do XIX pelo ajuizamento de um editor bastante conhecido naquela sociedade.



REFERENCIAL TEÓRICO

O referencial teórico que delimitou os conceitos deste trabalho teve como base a pressuposição que o jornalismo, através da seleção e divulgação de todo o material redacional, não só espelha a realidade como também constrói a realidade social (PALHA, 2000). Desta forma, estamos convencidos de que a mídia não reflete simplesmente a realidade, mas constitui versões da realidade que dependem de posições sociais, interesses e objetivos daqueles que a produzem. Isso se caracteriza por meio de escolhas que são feitas nos vários níveis no processo de produção dos textos, desde as escolhas lexicais até os vários tipos de discurso que se inter-relacionam na construção do sentido.

Por essa senda, o jornalismo não teria a função apenas de comunicar a outrem o conhecimento da realidade, mas também a produz e reproduz. Em suma, a representação, na imprensa e em todos os outros tipos de mídia e discurso, é uma prática construtiva. Os acontecimentos e as ideias não são comunicados de maneira neutra, ao contrário, são transmitidos com suas próprias características e essas características são impregnadas de valores sociais que dão uma perspectiva potencial para os acontecimentos.

Como salienta Pierre Nora (1995), a mídia tem a capacidade de alterar a percepção do receptor podendo até mesmo modificar o fato em questão, além de interferir na sua percepção e na sua construção, difundindo versões e consolidando as mais diversas interpretações. Neste mesmo processo, além de alterar a percepção do fato, a mídia também auxilia na construção do mesmo, difundindo versões e consolidando interpretações diversas.

Por fim, uma vez que no século XIX não havia se constituído ainda no país um campo intelectual e como a maioria dos jornalistas participaram também da política como deputados, vereadores etc, Heinz (2006) considera adequado posicioná-los como agentes do campo político. Em especial os jornalistas editores, que para Bourdieu (2003), atuam como "vendedores profissionais de serviços políticos". Assim, a par destas prerrogativas, atentaremos para a inserção dos editores e seus periódicos na sociedade para qual escreviam, pois acreditamos que as representações discursivas estão ligadas ao comportamento político e social dos editores.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Em editorial de 03 de junho de 1888, sob o título "Confrontação", o editor José Leocádio Ferreira Soares assinala a importância da oferta de algum tipo de instrução para os recém-libertos. Essa não era a primeira vez que a questão era levantada nas páginas de O Orbe, mas a



partir da promulgação da Lei Áurea, a temática se tornou mais frequente nas páginas do periódico. Segundo o editor, o “principal objetivo de uma nação livre” seria “derramar” instrução para a “camada popular”.

Em suas considerações, o editor afirma ser recorrente o diagnóstico que descreve o sistema de ensino do país como “deficiente, paupérrimo e vicioso”. Além disso, a educação estaria restrita às classes abastadas do país e a imperativa instrução não era compartilhada com os populares. Para o editor, a situação de “aterradora ignorância do povo brasileiro” só não era mais grave devido às iniciativas particulares, que fundavam casas de ensino, de educação, de trabalho e de instrução para atender diferentes camadas da sociedade (O Orbe, 03 de junho de 1888, Confrontação, p.02).

Embora alardeasse seu posicionamento a favor da libertação dos cativos, quando José Soares se posiciona sobre os caminhos da educação em Alagoas sua argumentação vai de encontro aos discursos preconceituosos da época. De modo geral, o editor possuía uma visão negativa dos libertos e seus descendentes e temia, a todo momento, o “desmoronamento social” que a abolição poderia causar. Uma vez que, na sua opinião, os negros libertos não estavam afeitos ao trabalho disciplinado. Assim, a instrução emergia na argumentação do editor como uma garantia da normalidade social.

E se à raça proscrita a pouco libertada ainda falta incutir no ânimo a obrigação do trabalho, como garantia de seus novos direitos, pois que a maioria afigura-se o passo dado na estrada do porvir ampla licença para a vadiação perniciososa, também é certo que os digníssimo Soldados (os abolicionistas) da luminosa campanha não podem cruzar os braços diante desse erro de seus protegidos de ontem (O Orbe, 23 de maio de 1888. Nova luta, p.01).

Para impedir a “vadiação perniciososa”, caberia aos poderes públicos e à sociedade civil, inclusive às organizações abolicionistas, promover a instrução para o trabalho por meio da criação e manutenção de instituições de ensino voltadas para os mais carentes. O fito principal na argumentação de José Soares era a manutenção da ordem social e para atingi-lo seria preciso ofertar instrução para os libertos e sua prole. Para o editor, o governo imperial deveria compreender que apenas a instrução do povo seria capaz de gerar prosperidade e contribuir para o desenvolvimento da indústria e da riqueza nacional. Mas reconhecia que não existiam políticas nesse sentido no horizonte do governo nacional e, por essa razão, passou a conchamar a participação de diferentes setores da sociedade para empreender a edificação da instrução no Brasil e em Alagoas.



Sobre o modelo de ensino a ser empregado, José Leocádio Ferreira Soares considerava necessário desfazer-se dos velhos moldes oficiais, “anacrônicos, emperrados e esterilizadores”, que asfixiava o desenvolvimento educacional no país. Instituições mais modernas concorreriam para melhor formação de seu alunado e contribuiriam com a manutenção da ordem, disciplina social e geraria prosperidade.

A partir desses apontamentos mais gerais, o jornalista se detém no caso de Maceió, comparando as duas principais instituições da capital alagoana no período, o Lyceu de Artes e Ofícios e a Escola Central. Vejamos as considerações e análises do editor chefe de O Orbe sobre essas duas instituições.

O Lyceu, contabilizando 560 alunos matriculados no ano de 1888, sob a direção de Antônio José Duarte, concorria “poderosamente” para o desenvolvimento da instrução em Maceió. Embora seu diretor lamentasse a carência de mais amplos recursos para poder alargar a esfera de ação do Lyceu de Artes e Ofícios, a instituição atendia a um público seletivo e contribuía para a formação dos jovens estudantes de Maceió e toda a província (O Orbe, 03 de junho de 1888, Confrontação, p.01).

Já a segunda instituição, a Escola Central, havia sido fundada pelos abolicionistas da “Libertadora Alagoana” no ano anterior. Sabemos que episódios semelhantes ocorreram em diversas províncias do país, como aponta Wissenbach, nas décadas finais do Império ocorreu a proliferação de instituições educacionais promovidas pelos movimentos emancipacionistas em diversas localidades do Brasil, que iam de escolas destinadas a meninos pardos e negros, a escolas noturnas destinadas aos adultos (WISSENBACH, 2018). A Escola Central de Maceió deve ser incluída nesse grupo, pois voltava-se para as camadas carentes da população, dedicada a “instruir os escravos libertos e educar-lhes a prole” (O Orbe, 03 de junho de 1888, Confrontação, p.01). Nas considerações do editor encontramos:

Ainda bem que a benemérita Libertadora Alagoana está à frente da Escola Central, onde algumas centenas de crianças, principalmente filhos dos ex-escravos, recebem o pão espiritual, a educação necessária ao homem como elemento de sua utilidade à pátria, à família e a sociedade em geral (O Orbe, 23 de maio de 1888. Nova luta, p.01).

Um editorial específico foi escrito com a intenção de apresentar o diretor da Escola Central, Francisco Domingues da Silva, o diretor da Escola Central é saudado em sua partida para o Rio de Janeiro para onde viajou com o fim de solicitar recursos para a instituição de ensino junto da Princesa Isabel.



Presidente do Instituto dos professores primários, redator do *Magistério*, órgão da mesma associação, redator principal do *Lincoln*, órgão da benemerita Sociedade Libertadora Alagoana, e da Escola Central, estabelecimento fundado pela última sociedade citada - para instrução de ingênuos e crianças desvalidas, Francisco Domingues tem sido incansável na luta em que jamais fraquejou.(...)

Dedicando-se, a quase vinte anos, quando apenas entrava na vida prática, ao ensino das crianças, revelou, na pujança de um talento fecundo, as raras habilidades que mais tarde deviam constituir a auréola brilhante, que circunda a sua frente de mestre, cercado da gratidão dos pais e da afabilidade da juventude sempre disposta a exultar os seus méritos (O Orbe, 03 de junho de 1888, O diretor da Escola Central, p.01).

Personagem constante nas páginas dos periódicos de Alagoas, Francisco Domingues da Silva desempenhou papel relevante na campanha abolicionista na província. Sua participação na causa libertadora era reconhecida e destacada pelo editor de O Orbe.

Mas, o cargo que ele desempenhou por 4 anos prestando serviços para cujo elogio não achamos um qualitativo bastante expressivo, - foi o de primeiro-secretário da Libertadora Alagoana.

Dedicando-se à causa abolicionista, ele sofreu todas as manifestações de ódio dos infensos à ela, (...) outros ergueram a calúnia como arma de combate; mas o digno cidadão aí está com a sã consciência dos bens intencionados e vitoriosos de seus desafetos (O Orbe, 03 de junho de 1888, O diretor da Escola Central, p.01).

Assim, em Maceió, a edificação de uma instituição que ofertasse instrução para os recém-libertos esteve intimamente ligada com a própria causa abolicionista, pois um dos principais nomes da comissão abolicionista da cidade também era um dos principais responsáveis pela gestão da escola recém-criada, mostrando que no pós-abolição as questões do letramento, instrução e ensino seguiriam caminhando juntas.

Ainda sobre o funcionamento da Escola Central encontramos uma descrição bastante favorável da infraestrutura da instituição, diferentemente das críticas e dificuldades que apontaremos adiante.

A Escola Central, segundo relatório publicado em 22 de abril deste ano, vai o melhor estado de prosperidade desejável.

Ali funcionam, além da aula primária, cujas matrículas sobem a 122, oficinas tipográficas, de marceneiro, sapateiro, bahuleiro, tamanqueiro, cesteiro, torneiro e colchoeiro. O prédio é um dos mais vastos e apropriados e a mobília última expressão das exigências pedagógicas (O Orbe, 03 de junho de 1888, O diretor da Escola Central, p.01).



Importante destacar que os cursos ofertados pela Escola Central eram voltados para trabalhos manuais, ou seja, os estudantes recebiam instrução no sentido de aproveitar sua formação imediatamente no mercado de trabalho com a realização de alguma atividade manual. Quanto à aplicação dos estudantes, o editor exaltava o bom aproveitamento deles nos exames realizados.

O exame a que se procedeu perante o Excelentíssimo Senhor Doutor Caio da Silva Prado, atual Presidente do Ceará, em alguns alunos preparados nos elementos de aritmética, geografia, geometria e sistema métrico deram melhor resultado. Na exposição de artefatos realizada neste dia exibiram os alunos provas robustas de seu aproveitamento (O Orbe, 03 de junho de 1888, O diretor da Escola Central, p.01).

Mas a instituição de ensino dirigida por Francisco Domingues da Silva passava por dificuldades, sua situação financeira permanecia na “penumbra”, como definiu o editor José Soares, colocando em riscos o seu funcionamento. Contando apenas com “os falíveis recursos dos benéficos lotéricos”, e com “o produto da venda dos artefatos dos seus educandos”, os recursos apenas permitiam uma parca remuneração aos professores do ensino manual, “sendo impossível manter um grupo de professores para educação” dos alunos daquela escola. Os professores que ali lecionavam eram “poucos e raros”, e a maioria deles prestava seus serviços gratuitamente.

No Lyceu de Artes, os professores também lecionavam gratuitamente numa prática reconhecida durante o século XIX (BARBOSA, 2016), mas destaca o editor que os professores do Lyceu “luta(va)m a porfia em ter a honra de ali prestar seus serviços” mesmo nas aulas noturnas. Enquanto, ao mesmo tempo, a Escola Central não encontrava voluntários com a mesma “dedicação admirável”. Pois quando se tratava da Escola Central, a situação era de uma “deploradíssima negação na prestação de idênticos serviços” (O Orbe, 03 de junho de 1888, Confrontação, p.01).

É curioso notar que todas as críticas alinhavadas pelo editor José Soares estão voltadas para a falta de disposição dos professores que lecionavam gratuitamente. Para o jornalista, o único problema era a grande quantidade de voluntários para trabalhar no Lyceu, instituição que conferia certo *status* aos seus professores, enquanto não existiam voluntários para lecionar as mesmas aulas na Escola Central.

Com o fito de atrair professores, o editor se coloca a descrever a rotina na Escola Central:



Entremos, à noite, no edifício da Escola Central.

Vemos ali cerca de oitenta e tantos educandos, meio extenuados pelos labores do dia, desgrenhados, nesse desalinho dos filhos do trabalho; estendendo as mãos já calejadas pela nobilitação do struggle for life; porém alegres, felizes, risonhos, alongando olhares súplices aos raros professores; ansiosos de aprender, com a intuição do dever, e esmolando um raio de luz para os cérebros ainda obscurecidos o raio de luz da instrução, os rutilos clarões das estrelas que formam a constelação do alfabeto. (...)

Ali tudo é rude e singelo; poreja ali o suor do trabalho, a simplicidade austera dos missionários do bem. (...)

O recinto é triste e monótono; são poucos, raríssimos os sacerdotes da luz, que vão sacrificar no altar daquele templo uma hora, uma só, porém que seria abençoada, iluminando aqueles cérebros e remindo assim as culpas dos nossos antepassados com os antepassados dessas pobres criancinhas (O Orbe, 03 de junho de 1888, Confrontação, p.02).

Com efeito, o trecho acima é um raro relato do funcionamento dessas escolas de finais do século XIX. Atendendo um público carente e de trabalhadores em sua maioria, eram inúmeras as dificuldades da instituição e de seus colaboradores que lecionavam gratuitamente. Em contraponto, estabelecendo a “confrontação” presente no título do artigo, o José Soares se coloca a descrever o ambiente das aulas no Lyceu, destacando que, em sua perspectiva, a questão passava apenas pela falta de estímulo dos profissionais para atuarem na Escola Central.

Voltemos ao Lyceu. Reina alegre burburinho pelas aulas, um movimento animador e convidativo; a luz hilariante aquece o ambiente convencendo-os acres perfumes, que produzem sensações suavíssimas...

Uma alacridade festiva, um ruge, ruge de vestidos femininos lembram o ruflar das asas dos pássaros em revoada; notas alegres, risos; uma atração fatal, irresistível...

Daí a assiduidade, a abnegação levado ao sacrifício com que os benfazejos e devotadíssimos mestres vão ali repartir seu saber, em uma aglomeração admirável, incansáveis, dedicadíssimos, deixando ao desamparo, além, os nossos pobres irmãozinhos, esses heróis do futuro que hoje esmola uma centelha da luz da ciência, com que pagaram a pátria, mais tarde, a dívida da sua gratidão (O Orbe, 03 de junho de 1888, Confrontação, p.02).

Encerrando suas analogias, o editor destaca ser dolorida a confrontação, porém desejava ver repartida a abnegação e o devotamento dos professores gratuitos do Lyceu de Artes e Ofícios com os pobres educandos da Escola Central. Percebemos que as considerações de José Soares sobre a educação são rasas, o editor insiste em destacar somente a presença de professores voluntários na primeira instituição e a ausência dos mesmos na segunda,



prejudicando sua análise sobre os caminhos da educação. O jornalista não aponta, por exemplo, ações do governo em políticas educacionais, que poderiam garantir meios para um melhor funcionamento da Escola Central.

Embora a argumentação de José Soares não aponte caminhos mais definidos para os encaminhamentos futuros que a educação deveria tomar no país ou em Alagoas, a conclusão do editorial é de veras pertinente:

E ambas as casas estão em desenvolvimento latente, inevitável, os germens dessa geração que há de erguer-se forte e compacta ao futuro, para vingar o ultraje de três séculos, de que foram mártires seus avós, se não fizermos jus a sua gratidão e ao esquecimento das injustiças de nossos pais (O Orbe, 03 de junho de 1888, Confrontação, p.03).

Em suma, em um editorial de junho de 1888, José Soares reconhecia a importância da educação como instrumento capaz de combater as desigualdades na formação do país e fazer justiça aos séculos de escravização. Assinalamos que nessas palavras do editor germinam a noção de que a educação seria capaz de oferecer às populações negras condições de dignidade social. Com efeito, a educação negada aos escravizados e seus descendentes desde a formação do Brasil tem impedido a criação de um país mais justo, harmonioso e próspero até os dias atuais.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

De acordo com Maria Cristina Cortez Wissenbach (2018), durante as últimas décadas da escravidão brasileira, a instrução era entendida como meio de afirmação social e de acesso à cidadania pelos setores negros da sociedade. Conforme a autora, a ida dos recém-libertos à escola era uma das “grandes regalias” obtidas com a emancipação de 1888. Somente a partir do alvorecer do século XX os movimentos sociais, dentre eles os jornais da imprensa negra, incluíam em suas demandas o acesso à escola como reivindicação frente ao Estado. Igualmente, desenvolvia-se no seio das famílias negras o desejo de se afirmarem por meio da educação em uma sociedade injusta e recém egressa da escravidão.

Em Alagoas, a fundação de duas instituições voltadas para a instrução revela a origem dual da educação no país. Enquanto os filhos das famílias ricas recebiam os primeiros ensinamentos no Lyceu de Belas Artes, as crianças provindas de famílias com ascendência africana só encontravam lugar na Escola Central, instituição que sofria com a falta de recursos, professores e alguns dos seus alunos apresentavam aspecto cansado depois de um longo dia de trabalho. Por meio dos relatos do editor José Soares procuramos conhecer um pouco mais da



rotina e funcionamento da Escola Central, mas as particularidades, as diretrizes de organização e de reivindicações dessa instituição precisa ser melhor estudada.

Por fim, com mais de 130 anos da abolição da escravidão a discussão sobre a educação da população negra permanece atual. Pesquisas que identifiquem às trajetórias dos sujeitos e suas inserções no mercado de trabalho, nos processos educativos e nas lutas coletivas empreendidas tornarão mais rico esse debate.

REFERÊNCIAS

- BARBOSA, M. **Escravos e o mundo da comunicação**: oralidade, leitura e escrita no século XIX. Rio de Janeiro: Mauad, 2016.
- BARROS, S.P. História da educação da população negra: entre silenciamento e resistência **Pensar a Educação em Revista**. Ano 3, v.4, n.1. 2018.
- BOURDIEU, Pierre. **O poder simbólico**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2003.
- CARVALHO, M. P. História da educação da população negra: o estado da arte sobre educação e relações étnico-raciais (2003-2014). **Educar em Revista**, v. 34, n. 69, p. 211-230, 2018.
- FONSECA, M. V.; BARROS, S. A. P. (org.). A História da **Educação dos Negros no Brasil**. Niterói: EdUFF, 2016.
- HEINZ, F. M. (org.) **Por outra história das elites**. Rio de Janeiro: FGV, 2006.
- NORA, Pierre. O retorno do fato. IN.: LE GOFF, Jacques & NORA, Pierre (orgs.). **História**: Novos problemas. Tradução: Theó Santiago. 4ª edição. Rio de Janeiro: Francisco Alves; 1995.
- OLIVEIRA, Cristiano Lessa. Um apanhado teórico-conceitual sobre a pesquisa qualitativa: tipos, técnicas e características. **Travessias**, v. 2, n. 3, 2008.
- PALHA, Cássia Louro. **Mídia e participação política**: a pedagogia da desmobilização popular. Niterói: dissertação de mestrado, 2000.
- WISSENBACH, Maria Cristina Cortez. Letramento e Escolas. In.: SCHWARCZ, L.M & GOMES, F. (orgs.) **Dicionário da escravidão e liberdade**: 50 textos críticos. São Paulo: Cia das Letras. 2018.